

# Breve inventário dos manuscritos em grafia árabe produzidos por negros muçulmanos no Brasil oitocentista

Fernanda Pereira Mendes<sup>1</sup>

**Resumo:** Apesar dos recentes avanços no resgate do legado afro-islâmico no Brasil, por meio de diferentes iniciativas de revisitação da Revolta dos Malês, a produção manuscrita em grafia árabe realizada pela comunidade negra islâmica no Brasil oitocentista ainda é escassa e superficialmente conhecida no país. Esse conjunto textual costuma ser abordado de modo fragmentário e, em geral, associado aos amuletos mágicos que os negros penduravam no pescoço que, embora importantíssimos, representam apenas parte desse acervo. Ainda menos conhecido é o conteúdo desses manuscritos que, além de preces e suras corânicas, contém, ainda, citações de renomadas obras da literatura árabe clássica. Com vistas a contribuir para o resgate dessa cultura, neste artigo se esboça um inventário desse patrimônio de inestimável valor, como testemunho da existência de cultura letrada africana e escrava no Brasil e, ainda, da história do uso da língua árabe e da prática de rituais islâmicos no país.

**Palavras-chave:** Manuscritos Árabes; Escravidão; Malês; Afro-Islâmico; Oitocentista.

BRIEF INVENTORY OF MANUSCRIPTS IN ARABIC SCRIPT PRODUCED BY BLACK MUSLIMS IN 19TH CENTURY BRAZIL

**Abstract:** Despite recent advances in recovering the Afro-Islamic legacy in Brazil, through different initiatives to revisit the Malês Revolt, the manuscript production in Arabic script produced by the black Islamic community in nineteenth-century Brazil is still scarce and superficially known in the country. This textual set is usually approached in a fragmentary way and, in general, associated with the magical amulets that black people hung around their necks, which, although extremely important, represent only part of this collection. Even less known is the content of these manuscripts which, in addition to prayers and Qur'anic suras, also contains quotations from renowned works of classical Arabic literature. Aiming to contribute to the recovery of this culture, this article outlines an inventory of this invaluable heritage, as a testimony to the existence of literate African and slave culture in Brazil and, also, the history of the use of the Arabic language and the practice of Islamic rituals in the country.

**Keywords:** Arabic Manuscripts; Slavery; Malês; Afro-Islamic; 19th Century.

---

<sup>1</sup> Doutora em Literatura Comparada pela Universidade do Porto, Portugal e pós-doutoranda no Departamento de Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DLO/FFLCH/USP), onde desenvolve o projeto As fontes árabes e afro-islâmicas da literatura brasileira oitocentista: os casos de Gonçalves Dias, Castro Alves e Machado de Assis, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp/ Processo: 2023/16601-5). Email: [fernandapereiramendes@usp.br](mailto:fernandapereiramendes@usp.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0215-8917>.

## Além da Revolta dos Malês

Em 25 de janeiro de 2025 foi o aniversário dos 190 anos da mais importante rebelião urbana de escravos das Américas, que entrou para a história como a Revolta dos Malês, palavra de origem iorubá utilizada na Bahia para designar os africanos muçulmanos. Era o início do Ramadã, em 1835, quando as ruas do centro de Salvador foram tomadas por um número significativo de rebeldes, o equivalente a cerca de 24 mil pessoas, se o levante tivesse acontecido a princípios do século XXI (Reis, 2021). Embora a maioria tenha sido capturada e punida, a rebelião malê teve fortes repercuções, em nível nacional e internacional, sociais e políticas. Entre elas, a criminalização de qualquer manuscrito em grafia árabe – hieróglifos ou caracteres africanos - como chegou a ser identificada pela imprensa ou em documentos oficiais. Até então, eram poucos os que tinham se dado conta da existência dos *papéis malês* que, da noite para o dia, passaram a semear o pânico em diferentes pontos do país, por suspeita de conterem doutrinas perniciosas ou planos revolucionários.

A volumosa produção manuscrita em caracteres árabes ainda é escassa e superficialmente conhecida no Brasil. Esse conjunto textual costuma ser abordado de modo fragmentário e, em geral, associado aos amuletos mágicos – papeizinhos inseridos em saquinhos de couro – conhecidos como bolsas de mandinga – atados a um fio, que os negros usavam no pescoço, à maneira de um colar. Embora importantíssimos para a cultura afro-islâmica, os escritos contidos nos amuletos representam apenas parte desse acervo. Ainda menos conhecido é o conteúdo desses manuscritos que, além de preces e suras corânicas, conta com citações de renomadas obras da literatura árabe clássica. Com vistas a contribuir para o resgate dessa cultura, neste artigo se esboça um breve inventário desse patrimônio de inestimável valor histórico, tanto como testemunho da existência de cultura letrada africana e escrava no Brasil como do uso da língua árabe e da prática do Islã no país, entre outros possíveis planos de significado.

Depois da rebelião de 1835, esse legado se espalhou pelo país com a diáspora dos malês da Bahia para outras províncias; ao mesmo tempo, e provavelmente devido às diversas iniciativas de repressão aos papéis malês, a produção manuscrita em árabe parece ter entrado em declínio nas décadas seguintes. Trinta anos depois, o imã otomano Al Baghdadi não se refere especialmente à produção escrita das comunidades afro-islâmicas que visitou no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, entre 1866 e 1869, em seu relato dessa viagem clandestina – o único testemunho detalhado sobre a vida dessas comunidades e, além disso, escrito por um muçulmano. Em contrapartida, Al Baghdadi revela outra face da erudição dos negros muçulmanos no Brasil: registrar a encomenda de vários exemplares do *Corão* a uma livraria carioca, que os importou da França (Al Baghdadi, 2007). Em 1869, o Conde de Gobineau – curiosamente, um dos precursores do Orientalismo criticado por Edward Said e que, na época, era representante da França no Brasil – parece ecoar a notícia: segundo informa em uma correspondência diplomática, uma livraria francesa do Rio de Janeiro vendia cerca de uma centena de exemplares do livro sagrado islâmico anualmente (Reis, 2023). Até o momento, há notícias de apenas um exemplar de uma edição do *Corão* de 1867, preservada pelos descendentes de uma autoridade afro-islâmica na Bahia, o alufá Salu, que poderia ter feito parte da encomenda de Al Baghdadi (Reis, 2003).

Eventualmente, essa intensa atividade comercial em torno do *Corão*, em plena corte, pode ser interpretada como um indicador de afrouxamento da repressão aos

negros muçulmanos. O fato é que, a partir dos anos 1870, algumas notícias parecem apontar nessa direção. No Recife, por exemplo, a imprensa local repercutiu os detalhes de uma petição de liberdade de culto da comunidade muçulmana e de uma polêmica doutrinária entre dois grupos de muçulmanos no Recife (Reis, Gomes e Carvalho, 2017). E foi entre finais da década dos anos 1880 e princípio dos 1890 que o médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues adquiriu a sua coleção de amuletos, provavelmente produzidos já na segunda metade do século XIX por autoridades afro-islâmicas locais. As imagens e descrições desses documentos foram publicadas pela primeira vez em 1900, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Mas, no começo do século XX, a cultura afro-islâmica no Brasil já estava desaparecendo, junto com a maior parte dos africanos que fizeram a travessia do Atlântico a bordo de um navio negreiro.

Rodrigues foi pioneiro no estudo e tradução de manuscritos afro-islâmicos. Nos anos 1960, Monteil e Rechert se debruçaram sobre o acervo do Arquivo Público Estadual da Bahia, que custodia o conjunto documental do inquérito policial da Revolta dos Malês. Na atualidade, merecem destaque os trabalhos de Muller e Dobronravin. A esses autores se deve a maior parte da bibliografia específica sobre a produção manuscrita afro-islâmica no Brasil, sobre a qual baseamos o inventário a seguir, complementado com valiosas informações da historiografia especializada.

### Documentos conhecidos vs documentos noticiados

O acervo de escritos afro-islâmicos brasileiros conta com cerca de quarenta fragmentos ou folhas avulsas de procedência pernambucana, um pouco mais de quarenta de procedência baiana. Foram encontrados, ainda, quatro livrinhos de orações que, em conjunto, somam 365 folhas, entre as quais várias em branco, que sugerem o uso deles como um caderno de notas pelos seus respectivos donos. A maior parte dos documentos está escrita em árabe magrebino e apresenta diferentes níveis de domínio da língua. É comum a combinação de tinta preta e vermelha, e esta última usada para marcar os sons vocalizados do alfabeto árabe. A escrita ajami – línguas africanas em caracteres árabes – ocupa um distante segundo lugar, sendo a língua haussá a mais comum (cf. Dobronravin, 2004), mas existem vários trechos à espera de identificação. Outra língua africana já identificada é a mandinga, na forma coloquial – neste caso, em alguns manuscritos pernambucanos. Em alguns poucos documentos, foram identificados amontoados de letras com significados puramente mágicos, por meio de comparações com documentos da tradição islâmica oeste-africana (Dobronravin, 2004).

Quanto ao conteúdo, há citações de versículos do Corão, soltos ou como parte integrante de orações; a mesma sura, repetida várias vezes; suras inteiras e conjuntos de suras corânicas; orações conhecidas no mundo islâmico e orações aparentemente inventadas pelo próprio autor do manuscrito. Cabe ressaltar a existência de citações e trechos de obras literárias islâmicas: pelo menos uma das obras citadas sugere práticas do sufismo no Brasil; e, ainda, um único documento não religioso, confiscado a Francisco Lisboa, em 1844 e escrito majoritariamente em haussá, duas características singulares.

A produção da maioria desses documentos é anterior à Revolta dos Malês: as exceções são os dois documentos confiscados em Salvador em 1844 os amuletos da coleção Nina Rodrigues, provavelmente de finais do século XIX e as folhas pernambucanas, na maioria integrantes da coleção Paulo Farah, das quais se

desconhece o contexto de produção. Em volume, a liderança é, sem dúvida, baiana. Além dos documentos conhecidos, constam do inquérito policial da devassa do levante de 1835 notícias sobre a apreensão de dezoito livros: dois a escravos, quatro na casa de um dos líderes malês, o liberto Manoel Calafate, e “doze foram entregues pelo inglês Joseph Mellors, dono da casa onde seus escravos pareciam ter uma escola corânica” (Dobronravin, 2016). As cartas de doação de dois dos livrinhos baianos conhecidos – ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e à Biblioteca Municipal do Porto – mencionam a existência de vários outros livrinhos similares entre os rebeldes mortos, e o doador do livrinho do Porto acrescentou que foram levados por curiosos, como se observa mais adiante. No início de fevereiro daquele ano, vários escritos malês foram enviados para serem traduzidos na corte (Reis, Gomes e Carvalho, 2017), mas não há notícias sobre o paradeiro dessas traduções e seus originais, bem como dos dezoito livrinhos citados acima.

Também em fevereiro de 1835, no Rio de Janeiro, foi confiscado um manuscrito e, no final do ano, um livro. Na mesma época, as autoridades investigavam uma escola de ler e escrever na Rua Larga de São Joaquim, frequentada por *pretos minas* – como eram conhecidos os africanos oriundos da chamada Costa do Mina, de onde embarcavam para o Brasil os negros oeste-africanos, entre os quais vários muçulmanos (Soares e Gomes, 2001; Reis, Gomes e Carvalho, 2017). E não era a única. Na época, já havia na corte um número significativo de adeptos do Islã, que cresceu e ganhou visibilidade com a chegada dos malês baianos, e cujos escritos passaram a semear o pânico nas autoridades cariocas. Em 1839, foi enviado um requerimento à Biblioteca Pública para que disponibilizasse um dicionário de árabe-latim ao tradutor francês José Poix, “para facilitar a inteligência de alguns manuscritos” (Soares e Gomes, 2001; Reis, Gomes e Carvalho, 2017).

Em 1838, foi a vez da polícia de Porto Alegre se escandalizar com a descoberta de uma escola de negros minas, da qual confiscou dois livros e outros manuscritos. Os documentos foram enviados para tradução na cidade do Rio Grande; sem êxito na tarefa, dois anos mais tarde as autoridades decidiram enviá-los para o Rio de Janeiro (Reis, Gomes e Carvalho, 2017). É provável que um dos livrinhos seja o mesmo que foi doado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1855, mas eventualmente poderia ser um documento distinto. Em qualquer caso, pelo menos um livrinho e folhas manuscritas noticiadas pela polícia gaúcha se perderam.

Em 1853, em Recife, o africano Rufino ou Abuncare, um alufá – autoridade religiosa afro-islâmica – foi preso e interrogado pelas autoridades pernambucanas. Em sua casa, foram apreendidos: um exemplar do Corão, uma transcrição recente do mesmo livro, em andamento, além de “livros de reza, outros que ensinam remédios, outros que ensinam o seu idioma” e outros escritos de sua autoria como “rezas, cantigas e outras cousas, até de sermão” (Reis, Gomes e Carvalho, 2017). Desses documentos, só encontramos notícias de um sermão de casamento, transrito mais adiante.

Além da documentação policial, há, ainda, o registro de doação de dois livrinhos em caracteres árabes ao IHGB, em 1872, por Ricardo Gumbleton Daunt, médico irlandês naturalizado brasileiro que se interessou pelo curandeirismo africano (Dobronravin, 2016), que não conseguiu obter esclarecimentos junto à instituição, cogitou serem os mesmos dois livrinhos do acervo do IHGB – o baiano e o de Porto Alegre –, atribuídos a Daunt por equívoco. Em caso contrário, cabe a hipótese de que se trate de livrinhos medicinais, eventualmente escritos na segunda metade do século XIX. Tampouco é de

se descartar que sua origem seja diferente dos documentos conhecidos até o momento, já que Daunt vivia em Campinas (SP). Claramente singulares são outros dois documentos, do início do século XIX:

**Pai Nosso em haussá** – Trata-se provavelmente da primeira notícia do uso da escrita em caracteres árabes no Brasil (cf. Dobronravin, 2004). A existência dessa tradução do *Pai Nosso* para a língua haussá foi anunciada em uma carta enviada por José Bonifácio de Andrade e Silva ao representante brasileiro em Lisboa, Antonio Menezes Vasconcelos de Drumond, cujo conteúdo era o resultado de entrevistas a seis africanos, em 1819, que lhe permitiram traçar o curso do Rio Níger. “Esses seis africanos eram apenas uma diminuta parte dos muitos que foram interrogados pelo estadista, [para] um estudo que resultou na composição de um mapa do interior do continente africano” (Santana, 2018). As entrevistas foram publicadas por Drumond em 1826, na publicação científica *Journal des voyages, découvertes et navigations modernes*, com um prólogo de sua autoria, no qual menciona os comentários de José Bonifácio a um de seus entrevistados chamado Francisco, haussá de Kano, que era

muito inteligente e honesto. Sacerdote maometano e mestre-escola em sua pátria, conhece muito bem o árabe, sabe contar e escrever, como vos convencereis por uma tradução do *pater noster* em língua haussá, escrita por ele em caracteres árabes, que vos envio, assim como um pequeno vocabulário. (Costa e Silva, 2013)

Dessa tradução não se teve mais notícia, embora o autor indique no texto o seu envio para a publicação.

**Documento em caracteres árabes e latim** – O cônsul francês na Bahia, entre 1829 e 1836, afirmou ter visto um documento cuja metade estava escrita em árabe e a outra, em latim, “sendo esta última a transcrição de uma passagem do Cântico dos Cânticos” (Reis, 2003). Talvez se tratasse de uma tradução, como poderia sugerir a equivalência das medidas de ambos os trechos do texto (metade/metade), do árabe ou alguma língua africana para o latim, ou vice-versa. Apesar da singularidade do uso do latim, não seria estranha a presença de um texto atribuído ao rei Salomão em manuscrito afro-islâmico. Segundo alguns exegetas islâmicos, o versículo 5:16 do *Cântico dos Cânticos* remete ao Profeta Muhammad, entre outras citações bíblicas consideradas como provas de sua condição profética anunciadas no livro sagrado cristão. Além disso, o rei Salomão é considerado um personagem dotado de poderes sobrenaturais, entre os quais o controle do vento e dos demônios. Na tradição malê, o signo de Salomão – a estrela de cinco pontas – é uma das figuras mágicas encontradas em amuletos, como se observa tanto no acervo do APEB como na coleção Nina Rodrigues.

### O acervo do Arquivo Público Estadual da Bahia (APEB)

O acervo de documentos árabes do APEB está composto por trinta e quatro manuscritos. É, sem dúvida, o mais conhecido e explorado pela comunidade acadêmica, principalmente porque faz parte do conjunto documental do inquérito policial do levante malê. Foi estudado pelo francês Vincent Monteil (1967) e por Rolf Reichert (1970), que

traduziu e classificou trinta documentos. Recentemente, Dobronravin traduziu e analisou os manuscritos restantes, além de fazer a revisão crítica do estudo de Reichert e uma nova proposta de classificação.

Como antes mencionado, a maioria dos documentos está escrita em árabe magrebino e há três casos de bilinguismo árabe-haussá, entre os quais o único texto não-religioso encontrado até o momento. Segundo os pesquisadores, os documentos apresentam diferentes níveis de domínio do árabe. Entre os mais eruditos estão os documentos 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 24 e 25. O documento 11 se destaca também pelas citações de duas renomadas obras literárias islâmicas. Pela provável autoria desses documentos, que lhes foram confiscados pelas autoridades na devassa pós-levante malê, cabe dar um lugar privilegiado aos escravos Domingos Nação Haussá e Torquato Nagô na história do acervo manuscrito afro-islâmico em geral e, em particular, do acervo do APEB. Nenhum dos dois parece ter tido papel protagonista na rebelião.

Domingos Nação Haussá é o mais erudito e o mais idoso entre os réus do levante malê:

tinha oitenta anos e fora carregador até os 78. Em seu interrogatório, declarou ao juiz que perdera “o uso da razão” numa queda e desde então não trabalhava. Mas, apesar de velho, Domingos não perdera o juízo, em vista de suas afiadas e longas explicações. A loucura parecia uma nova “ocupação” espertamente encontrada por ele para terminar os seus dias: o escravo fazia o homem branco de bobo fingindo-se de idiota ele próprio. “Enquanto fazia uso da sua razão servia a seu senhor e perdendo-a há mais de um ano, apenas serve para ser por ele alimentado”, declarou o escravo, no que foi secundado por diversas testemunhas. Domingos, por sinal, foi absolvido da acusação de insurreição. (Reis, 2021)

Já Torquato Nagô – escravo de José Pinto Novais – é um personagem típico dos procedimentos de busca e apreensão de material subversivo, segundo Reis, que transcreve o documento resultante do procedimento:

[...] encarregou [a Novais] o Juiz que nos conduzisse ao lugar onde dormissem seus escravos, e por consequência o lugar onde tivessem também suas caixas e balaios ou cousas semelhantes [que] servissem deles guardarem qualquer cousa. Assim observando religiosamente, o mesmo Novais entregou uma caixa dizendo ser de seu escravo Torquato de nação nagô na qual se dando as buscas necessárias achou-se o seguinte: uma volta de contas de vidro, com diferentes cores, uns pequenos breves cobertos de couro contendo umas certas drogas com algodão desconhecidas, e em outros, os cinco papéis que se seguem (Reis, 2021).

Torquato Nagô foi condenado a 250 açoites por possuir os objetos mencionados (idem). Como se observa, neste caso, os manuscritos encontrados com o escravo eram utilizados como amuletos: esses *pequenos breves cobertos de couro* são provavelmente as bolsinhas de mandinga nas quais os negros muçulmanos inseriam objetos com funções talismânicas para levar penduradas no pescoço. Como se lê, foram confiscados a esse escravo cinco papéis, mas no levantamento de Reichert só constam dois que lhe foram atribuídos, como será possível observar adiante.

Segue uma descrição do acervo, com base na classificação de Reichert, que a dividiu em três grandes grupos, na qual destacamos aqueles que foram revisados ou

acrescentados por Dobronravin e, ainda, os escritos de Torquato Nagô e Domingos Nação Haussá, em sua homenagem.

**1ª Série** – Textos Corânicos (1 - 9): contêm citações de versetos, suras completas ou conjuntos completos de suras.

**Documentos confiscados de Domingos Nação Haussá (escravo de João Pinto Coelho):** Doc. 2 – 40 repetições da sura 106; Doc. 5 – composto por três partes: a) uma curta oração (invocação de Deus); b) o versículo 2: 255; c) versículo 128 da sura 9; Doc. 6 – continuação do documento 5, também composto de três partes: a) fim do versículo 9:128 e o versículo 9:129; b) versículo 11:6; c) versículo 6:59.

**Documentos confiscados de Torquato Nagô (escravo de João Pinto de Novais):** Doc. 7 – metade direita de uma folha com o texto completo da sura 1; Doc. 9 – parte direita de um documento rasgado; lado superior e direito rodeados pelo nome do Profeta Muhammad. Treze repetições do versículo 1:4, interrompidas, na linha nove, pelo nome do Profeta Muhammad escrito duas vezes.

**2ª Série** – Orações islâmicas não-corânicas (10 – 17): documentos que contêm textos inequivocamente islâmicos, invocações de Deus e do Profeta, quer fossem usados como amuletos ou não”. São textos bem distintos entre si, alguns elaborados cuidadosamente e alguns de difícil compreensão. A seguir, listamos três documentos discutidos por Dobronravin:

**Documentos 10 e 11** – confiscados de Domingos Nação Haussá, compõem um único texto em árabe com erros insignificantes, segundo informa Reichert. No documento 11, Dobronravin assinalou a existência de citações de duas prestigiadas obras literárias: uma das *Maqamas*<sup>2</sup> de Al-Hariri – estudadas há séculos pelos africanos ocidentais (Dobronravin, 2016). A mesma citação consta do livrinho baiano do IHGB (ver adiante). A outra citação é do *Qasidat al-Burda* ou *Poema do Manto* (Dobronravin, 2016). Esta última já havia sido indicada por Monteil (1967) mas, ao parecer, não foi levada em consideração por Reichert. Dobronravin reforça essa referenciação indicando a existência de duas longas cópias do *al-Burda* no livrinho de Porto Alegre (comentado adiante, neste artigo). Para o autor, o texto desta oração é um exemplo de criatividade afro-muçulmana na Bahia.

**Documento 13** – Trata-se de um documento bilíngue. A maior parte do conteúdo são invocações a Deus. Segundo Dobronravin (2004), tanto Reichert como, anteriormente, Monteil, tentaram interpretá-lo como árabe, sem êxito na parte central do texto (linha 3, segundo indica Reichert), que está escrita em haussá, cuja tradução é: “mil homens, mil bofetadas. Não há outro deus senão Alá. Não há outro modo de [...], só como eu digo”.

**3ª Série** – Amuletos e outros (documentos 18 – 30). Caracterizam-se por conterem textos curtos – algumas frases, citação de um versículo corânico, nome do Profeta Muhammad e outros profetas islâmicos, dos anjos Gabriel e Miguel etc. – inseridos ou não em figuras mágicas (círculos, retângulos, quadrados, estrelas etc. São treze documentos, divididos por Reichert em quatro grupos e os comentários de Dobronravin.

---

<sup>2</sup> Narrativas breves em prosa rimada.

**Documentos 19, 20 (confiscados de Luís Nagô, escravo de Antônio da Rocha), 22 e 25 – amuletos sem figuras mágicas;**

**Documentos 18, 21, 24 (confiscados de Domingos Nação Haussá); 26 (confiscado de Luís Nagô, escravo de Antônio da Rocha), 28 e 29 – amuletos com figuras mágicas;**

**Documentos 23 e 27 (confiscados de Lúcio Nagô, escravo de José Francisco Moreira)** – classificados por Reichert como exercícios de escrita, mas, segundo Dobronravin, trata-se de dois amuletos. O autor assinala que Reichert não conseguiu reconhecer a origem corânica desses documentos, que remetem ao versículo da sura *As dunas*, 46:11, que traduz da seguinte forma: “E aqueles que não creem dizem daqueles que creem: Se fosse uma boa coisa, eles não teriam se antecipado a nós para consegui-la. E já que não serão guiados por ela, dizem eles: Essa é uma mentira antiga”. Dobronravin reforça sua conclusão ao indicar que a mesma citação aparece no livrinho malê encontrado na biblioteca de Havre (2004)<sup>3</sup>.

**Doc. 30 (confiscado de Francisco Lisboa em 1844)** – indecifrável. Com exceção da *Basmala*, na primeira linha, não forma nenhum texto árabe. Foi enviado por Reichert a professores de diferentes línguas africanas, mas tampouco foi possível encontrar algum significado. Como observa Dobronravin (2004), o documento 30 não faz parte da devassa do levante de 1835. Foi confiscado em 1844 do africano Francisco Lisboa, de origem nupé, que foi inocentado da acusação de conspirar uma revolta. Dobronravin indicou existir um documento praticamente idêntico na coleção do médico e antropólogo Nina Rodrigues, que também o enviou para especialistas, em Paris, mas tampouco houve êxito na identificação da língua.

Posteriormente, vi um outro exemplar desse mesmo texto na Falke Collection da Melville J. Herskovits Africana Library, Northwestern University, manuscrito sem qualquer conexão com a Bahia. O texto vem a ser uma série de conjuras, espécie de abracadabra com algumas poucas palavras em árabe. A Falke Collection também possui um tratado oeste-africano sobre suas possíveis aplicações. Desta forma esse texto pode ser excluído de qualquer investigação adicional sobre multilingüismo nos escritos malês. (Dobronravin, 2004)

Os documentos a seguir não foram catalogados por Reichert. São bilíngues e foram estudados por Dobronravin:

**Manuscrito árabe-haussá confiscado de Francisco Lisboa em 1844** (Dobronravin, 2004) – além do documento antes mencionado, há um segundo que foi confiscado do africano Francisco Lisboa. Trata-se de um manuscrito em língua haussá com algumas frases em árabe.

Trata-se do primeiro manuscrito com um texto não-árabe significativo e é também o primeiro texto não-religioso até agora identificado entre os papéis malês baianos. Não resta dúvida de que esse documento bilíngüe foi produzido na Bahia. É um bilhete para um certo Malam Sani escrito por um tal Abdulkadiri. O autor informa que sua mulher Rakiyatu deu à luz a Fatsumata, e, em seguida, pede condolências ou um amuleto, não é certo. (Dobronravin, 2004, p. 314)

---

<sup>3</sup> Dobronravin se equivocou ao indicar os documentos 20 e 26, na nota 17 da pág. 308.

**Amuleto árabe-haussá** (Dobronravin, 2016) – contém a figura de uma estrela de cinco pontas, conhecida como signo de Salomão, inscrita em quadrado, com o nome do Profeta Muhammad nos quatro cantos. O documento contém palavras em árabe e um texto em haussá situado acima do quadrado. É semelhante à peça nº2 da coleção Nina Rodrigues.

### A coleção Nina Rodrigues

Como antes mencionado, o estudo dos amuletos colecionados pelo médico e antropólogo Nina Rodrigues começou com o próprio; na atualidade, foram analisados por Juliana Muller. A procedência e datação dos documentos não podem ser estabelecidas com precisão, mas é possível que tenham sido confeccionados na Bahia na segunda metade do século XIX, uma vez que Rodrigues afirmou ter relacionamento com autoridades afro-islâmicas locais (Muller, 2020) no mesmo artigo no qual descrevia cinco amuletos publicado em 1900, no *Jornal do Commercio*, antes citado. Esse escrito se transformou no capítulo II de *Os africanos no Brasil*, obra póstuma publicada em 1932, que se tornou referência no estudo da cultura afro-islâmica brasileira. Rodrigues contou que possuía uma

grande coleção de gri-gris, mandingas ou amuletos dos negros muçulmanos. Não querendo confiar na tradução dos escritos árabes pelos negros malês desta cidade, enviei alguns exemplares para Paris, onde foram traduzidos no Office Hasenfeld des traductions légales et autres en toutes langues, 12, Place de la Bourse. O padre maronita, Revmo Pierre Andonard, teve a gentileza de traduzir outros. São todos versetos do Corão ou algumas palavras místicas, escritas de modo simbólico ou mágico. (Muller, 2020)

Os documentos enviados para tradução foram cinco manuscritos originais e uma folha fotografada. O editor de *Os africanos no Brasil* incluiu na obra um caderno de imagens com quatro reproduções de amuletos. Lamentavelmente, todos os documentos originais não foram encontrados ou se perderam, bem como outros possíveis documentos da coleção que não foram mencionados na obra. Em síntese, o que restou foram as cinco descrições/traduções e as quatro imagens publicadas no livro.

Em seu estudo sobre a coleção Nina Rodrigues, Muller acabou por descobrir que o editor de *Os africanos no Brasil* se equivocou na indicação das correspondências entre duas das descrições/traduções e as imagens: como se lê no livro, a “peça nº 5” descrita por Rodrigues corresponderia à “fig. nº 1” e a “peça nº 2”, à “fig. nº 2”. Segundo a autora, apenas a peça nº 5 tem correspondência com uma das figuras do caderno de imagens, e esta seria “fig. nº 4” ao invés da “fig. nº 1” (Muller, 2020). Além disso, Muller descobriu que as figuras 1 e 2, na verdade, são partes constitutivas de um mesmo documento: tratase de litografias feitas “a partir da mesma folha manuscrita, sendo a primeira a impressão das partes escritas com tinta preta e a segunda, das partes escritas com tinta vermelha” (idem).

Assim, o acervo conhecido da coleção de Nina Rodrigues é, de fato, composto de oito documentos: descrições e traduções das peças 1, 2, 3 e 4; a descrição/tradução e fotografia da peça nº 5 (fig. nº 4); a “folha fotografada” traduzida em Paris; a peça

composta pela junção das figuras nº 1 e nº 2 (litografias); a peça representada na figura nº 3. Sobre esses dois últimos documentos, Muller realiza um estudo e uma tradução inédita. Além disso, a autora faz uma interessante análise comparatista de todos os oito documentos da coleção Nina Rodrigues com manuscritos e livrinhos de outros acervos, ampliando a compreensão sobre a tradição manuscrita afro-islâmica no Brasil otocentista.

Para concluir, a autora propõe um inventário. A descrição/tradução da peça nº 2 permite compará-la com um documento similar do acervo do APEB, no qual Dobronravin identificou o bilinguismo árabe-haussá. Por isso, Muller sugere que poderia ser um documento bilíngue e não em árabe “corrompido”, como indicaram os tradutores franceses. A peça nº 5 é similar ao documento 30 do APEB (Muller: 2020; acervo do APEB no item anterior).

Tabela 1 – Inventário dos amuletos afro-islâmicos da coleção Nina Rodrigues

<b>Descrição/tradução em Rodrigues 1900; 1932</b>	<b>Reprodução em Rodrigues 1932</b>	<b>Língua</b>	<b>Conteúdo</b>
1 Peça n. 1	-	Árabe	<i>Basmala; taṣliya; no meio um quadrado com nomes de profetas; no restante da folha a repetição da frase “Obedeço à ordem do Senhor Misericordioso” em árabe.</i>
2 Peça n. 2	-	Árabe / (?)	Texto percebido como corrompido, talvez com palavras numa língua africana; num canto, a <i>basmala</i> ; “retoques vermelhos”; no verso uma estrela com o nome “Muhammad” em cada uma das pontas.
3 Peça n. 3	-	Árabe	Sura <i>Quraysh</i> ( <i>Qur’ān</i> 106:1-4), completa, repetida seis vezes.
4 Peça n. 4	-	Árabe	Sura <i>Quraysh</i> ( <i>Qur’ān</i> 106), fragmentos.
5 Folha fotografada	-	Árabe	<i>Qur’ān</i> 9:128-129, repetido 36 vezes.
6 -	Fig. nº 1 + Fig. nº 2 (litografias)	Árabe	Trecho do <i>Qur’ān</i> (94:8-95:3), escrito em tinta preta e vermelha. Essa folha parece provir de um pequeno livro-amuleto com outros textos corânicos.
7 -	Fig. nº 3 (fotografia)	Árabe	Parte de um versículo do <i>Qur’ān</i> (12:64), repetida cinco vezes; embaixo, um quadrado com 25 campos, cada um com a inscrição <i>yā allāh</i> .
8 Peça n. 5	Fig. nº 4 (fotografia)	Árabe / (?)	<i>Basmala; taṣliya; invocações a Deus e, provavelmente, a espíritos, como <i>batūtā</i>. Em grande parte ilegível.</i>

Fonte: Muller, 2020, p. 114.

### O livrinho baiano da Biblioteca Municipal do Porto

A primeira notícia sobre esse livrinho foi dada por Muller (2020), que soube de sua existência por meio de comunicação pessoal com Dobronravin. A autora o situa na tradição de escrita afro-muçulmana da Bahia em sua análise comparatista da coleção Nina Rodrigues com amuletos do APEB e os livrinhos conhecidos.

O manuscrito está bem conservado e se encontra disponível online. A seguir, apresentamos uma análise com base nas informações do catálogo da biblioteca (1879) e do próprio documento. Este livrinho se destaca dos demais pelo tamanho: mede aproximadamente 15 x 11 cm; portanto, é menos provável que fosse utilizado como amuleto. Contém 101 folhas, das quais pouco mais de 40 escritas em caracteres árabes e o restante em branco, algumas delas utilizadas para separar o final de um texto do início de outro.

O livrinho foi doado à Biblioteca Pública Municipal do Porto em 1839, pelo comerciante portuense José Caetano Coelho, que havia vivido na Bahia. Em uma nota escrita em um papelzinho, informa que o livro foi encontrado entre os rebeldes mortos em 1835, e que havia “vários livros iguais a esse formato”. Em 1845, indagado pelo bibliotecário que buscava mais informações sobre o documento, acrescentou que “diversos curiosos se apoderaram deles”. A existência de vários livros entre os rebeldes mortos é corroborada pelo dono do livrinho malê do IHGB, como se lê adiante. Na mesma época, o livrinho do Porto foi mostrado ao arabista José Leite Netto que identificou as suras 87 – 114, além da primeira sura e de citações corânicas, rezas e textos não-árabes como parece ser o caso do colofão. Com respeito ao texto árabe, assinalou que a caligrafia era péssima, numerosas faltas de ortografia, omissão de palavras, substituição de algumas e o “estropeamento” de muitas.

### O livrinho baiano da Biblioteca Municipal de Havre

O livrinho malê da Biblioteca Municipal de Havre já se encontra disponível online. Segundo informa o colofão, foi encontrado no bolso de um africano morto na Revolta dos Malês, como informa o colofão, o que poderia sugerir que não fosse utilizado como amuleto; suas dimensões tampouco são tão diminutas como as do livrinho baiano do IHGB: mede aproximadamente 10 x 7 cm. De acordo com Dobronravin (2004), o nome Raymundo José de Mattos é mencionado várias vezes no livro, inclusive em grego, mas não é possível determinar se era o dono do manuscrito antes da rebelião. Um dos distintivos desse manuscrito é uma menção ao nome Abd al-Qadir, juntamente com Alá e Muhammad, que “parece indicar que o compilador (e talvez dono do livro) era um *Qadiri*, ou adepto da irmandade sufi *Qadiriyya* [...]fundada] no século XII, bastante disseminada no mundo muçulmano, inclusive fortemente presente entre os fulas que lideraram a *jihad* em território haussá no início do século XIX” (Dobronravin, 2004).

Segundo o autor, esse livro se distingue dos demais por um selo com *ya-Allah* (Ó Deus!) no início do texto e pelo uso incomum da palavra *albarika* (benção), que “pode ser um reflexo do uso brasileiro da palavra benção [...] Outra possibilidade é que houvesse uma conexão com a tradição muçulmana iorubá da *alubarika* (benção) [...]” (Dobronravin, 2004). Essa palavra aparece também no manuscrito confiscado de

Francisco Lisboa em 1844, do acervo do APEB. Cabe mencionar, ainda, uma frase provavelmente escrita em haussá na parte final do texto.

O documento tem 45 folhas, mas há algumas em branco entre as seções e depois da última folha. O texto começa com alguns versículos da sura 94:1-4, reproduzidos de modo poético. Seguem-se citações corânicas, entre as quais a 46:11, encontrada também em dois amuletos do APEB, confiscados do escravo Lúcio Nagô, mencionados anteriormente. Na terceira e mais longa seção do livro, são transcritas suras completas – 87 a 102 e 104 a 114, além da primeira sura. Na quarta seção, há três orações que incluem várias citações corânicas e uma oração desenvolvida a partir do versículo corânico 28:16, também mencionado no seguinte *hadith*: “Ó Senhor! Verdadeiramente eu desencaminhei minha alma com muito erro, e ninguém me perdoa os pecados exceto Vós. Então me perdoa com Teu perdão e tenha Misericórdia de mim! Verdadeiramente Vós sois o Clemente, o Misericordioso”. O documento continua com várias preces, entre as quais estão os elementos destacáveis mencionados no parágrafo anterior.

### O livrinho baiano do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Trata-se do livrinho mais citado na bibliografia sobre a cultura afro-islâmica no Brasil. Suas diminutas dimensões – 7 x 5 cm – sugerem que fosse utilizado como amuleto, mas não deixa de ser um livro de orações, como se observa ao longo de suas 103 folhas. Assim como os livrinhos de Havre e do Porto, este também foi encontrado junto ao corpo de um rebelde morto em 1835. Foi doado ao IHGB pelo juiz João Antônio de Sampaio Vianna, que o recebera de presente do então presidente da província da Bahia. Vianna também doou ao instituto uma folha manuscrita de 41 x 32,2 cm com os primeiros nove versículos da sura 91 repetidos várias vezes (Reis, 2003).

Neste livrinho, destaca-se uma citação à décima terceira *Maqama* de Al-Hariri (*Maqama* de Damasco), também encontrada no documento 11 do APEB já citada, além de outra possível citação literária a algum poema que menciona “a amada de Muhammad”, ainda não identificado. O colofão traz o nome do provável compilador: Sulayman ibn Da’ud. No entanto, por homônima, eventualmente poderia se tratar do rei Salomão bíblico, “que teria reunido todas as invocações acima mencionadas, talvez uma função de seu papel de personagem dotado de conhecimentos esotéricos e mágicos” (Dobronravin, 2004).

O texto começa com a sura 36:1– 60, que é muito utilizada em amuletos. Seguem-se vários versículos da sura 2 (127–129, 200–201) e 56 folhas de citações corânicas variadas. Há, ainda, oito folhas com pequenas preces e encantamentos, seguidas de um trecho em língua irreconhecível, mais preces e a citação corânica 9:128, além do trecho sobre a “amada de Muhammad” já citado. Do ponto de vista linguístico, há alguns trechos cuja língua não pôde ser claramente identificada (Dobronravin, 2004).

### O livrinho de Porto Alegre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Este manuscrito foi confiscado de um grupo de negros muçulmanos em Porto Alegre: é provavelmente um dos dois livrinhos mencionados na documentação policial de 1838 anteriormente citada. Foi doado ao IHGB por Henrique de Beaurepaire Rohan, em

1855, sendo o maior entre todos os livrinhos afro-islâmicos encontrados até o momento em medidas, 21 x 15 cm, e tem 116 folhas.

Trata-se de um documento singular pelas variadas citações de poesia árabe-islâmica, em particular uma transcrição integral da *Qasida Al-Burda* ou *Poema do Manto*, que “abre as portas, literalmente, à vida desconhecida dos muçulmanos negros no Brasil oitocentista” (Dobronravin, 2016). Escrita pelo imã Al-Busiri no século XIII, esta *qasida*<sup>4</sup> é uma das mais populares no mundo islâmico e comumente recitada por místicos sufis, além de ser conhecida pelas suas propriedades curativas. Segundo Al-Busiri, o profeta Muhammad lhe curou de uma paralisia durante um sonho, no qual cobriu o seu corpo com um manto.

Segundo Dobronravin (2016), há duas transcrições do poema neste livrinho: a integral, já citada, com 160 versos, e outra que vai até o verso 37. Assim como em outros manuscritos oeste-africanos, ambas se inserem na tradição manuscrita magrebina-andaluza, como é o caso da adição do verso 6, que não existe na versão difundida no Oriente Médio. Além disso, contam com uma introdução poética de nove versos sobre sabedoria e educação moral, dos quais cinco são muito conhecidos no mundo islâmico e atribuídos a diferentes poetas e personalidades, incluindo afro-muçulmanas. “É possível que todo o conjunto poético achado no livro fosse cantado em público no ritual sufi do *sama* (audição)” (Dobronravin: 2016), mas eventualmente pode estar conectado aos rituais fúnebres. O autor observa, ainda, que essa seção poética foi escrita por mãos distintas da parte central do livrinho, na qual há transcrições das suras 62–65 e 67–114, seguidas de preces com citações corânicas da tão apreciada sura 36, um comentário marginal escrito em haussá e do colofão e o nome do compilador no colofão: Ibn Isma’il ibn ‘Abd Allah.

## O acervo pernambucano

A maioria dos cerca de quarenta manuscritos conhecidos de procedência pernambucana são de propriedade do professor Paulo Farah, da Universidade de São Paulo. Ao contrário dos documentos afro-islâmicos conhecidos, não se sabe em que contexto foram produzidos (cf. Dobronravin, 2016). Além do inquérito policial sobre a prisão do alufá Rufino antes mencionada, as informações específicas sobre a atividade dos muçulmanos em Pernambuco no século XIX incluem basicamente o relato do imã otomano Al-Baghdadi e a polêmica doutrinária entre duas comunidades rivais noticiada pela imprensa pernambucana, mencionados na introdução deste artigo.

A análise preliminar de alguns documentos, realizada por Dobronravin, sugere uma tradição manuscrita distinta da baiana. Dois deles são talismãs escritos em mandinga coloquial, língua comumente utilizada em manuscritos similares produzidos nos territórios de Gâmbia, Senegal e Guiné-Bissau. Um deles inclui um comentário da sura 99:1–5 (Dobronravin: 2016). Outros manuscritos apresentam interessantes fragmentos de poesia árabe, como o início do *Maqsurat al-jawhar*, do célebre sufi andalusino Abu Madyan e de outro poema no qual são mencionados o Profeta Muhammad, o arcanjo Gabriel e Adão, além dos tormentos do inferno, que não foram identificados por Dobronravin (2016). Com grande probabilidade, esse texto remete à

<sup>4</sup> Gênero poético panegírico árabe, de origem pré-islâmica.

popularíssima tradição escrita do relato da viagem noturna e ascensão do Profeta Muhammad aos céus que, em algumas de suas variadas versões, inclui também uma visita aos infernos. Integram essa tradição centenas de *hadits*, adaptações literárias e místicas, algumas delas muito difundidas (Mendes, 2023; a versão mais completa da narrativa pode ser lida em: Mendes: 2021). Além disso, pelo menos na Bahia, a *Noite da Ascensão* – ou *Laylat Al-Mi’raj* – era comemorada pela comunidade afro-islâmica e a repressão à comemoração de 1834 contribuiu para a deflagração da Revolta dos Malês (Reis, 2021).

Como mencionado no início deste artigo, pelo menos um dos documentos confiscados do alufá Rufino, em Recife, sobreviveu. Trata-se de um sermão de casamento, em árabe magrebino, que fora enviado para ser traduzido no Rio de Janeiro, em 1853. Reis, Gomes e Carvalho publicaram uma reprodução do manuscrito, acompanhada de uma tradução atual, já que a tradução oitocentista não foi encontrada:

Em nome de Deus, Compassivo, Misericordioso

Esta é a palavra sobre o casamento: “Ó crentes! Tema a Deus pois Ele deve ser temido, e não morram senão no Islã. E juntos segurem firmes a corda que Deus [vos lança] e não se dividam”. As boas ações, as boas ações. “E vos é proibido esposardes as mulheres casadas, exceto as escravas que possuís. É a prescrição de Allah para vós. E vos é lícito, além disso, buscardes mulheres com vossas riquezas, para as esposardes, e não cometereis adultério. E àquelas, com as quais te deleitardes, concedei-lhes o seu mahr [dote] como direito preceituado. E não há culpa sobre vós, pelo que acordais, mutuamente, depois do preceituado. Por certo Allah é onisciente, Sábio”. As boas ações, as boas ações. Eu agradeço a Deus por quem Ele permitiu as boas ações, proibiu os pecados, proibiu adultérios e indecências, e criou o casamento entre os filhos de Adão e as filhas de Eva. E Deus testemunhou e o anjo fez o que era de direito. Graças a Deus por quem Ele nos ordenou que casasse e dissesse a verdade. Deve haver duas testemunhas de forma a que não haja qualquer mal-entendido no contrato de casamento. As boas ações, as boas ações. Ó Deus, faça nosso casamento muito bom. Glória a Deus, o Misericordioso e Suporte do Mundo. (Reis, Gomes e Carvalho, 2017)

## Considerações finais

Houve uma intensa produção escrita em árabe no Brasil oitocentista, levada a cabo por mãos negras, da qual os manuscritos conhecidos são apenas uma amostra. Esse acervo testemunha a existência de cultura letrada de origem africana e escrava no país, mas tende a ser genericamente associado aos amuletos mágicos em detrimento da diversidade de apresentação e conteúdo.

Ao mesmo tempo, os manuscritos afro-islâmicos têm um inestimável valor para a história da língua árabe no Brasil, mas ainda não despertaram a atenção dos arabistas em nível nacional: foram estudados basicamente por estrangeiros interessados em cultura africana. Além disso, esse conjunto textual poderia ser considerado um gênero literário similar àquele que se convencionou chamar Literatura *Aljamiada* – desenvolvida na Europa Medieval e Moderna por comunidades de ascendência árabe, bem conhecido e estudado em ambiente acadêmico.

Em síntese, trata-se de um patrimônio cultural cujo potencial para a produção de conhecimento ultrapassa o campo semântico da escravidão. Efetivamente, representa um capítulo importantíssimo da história do país escrito em língua árabe.

## Referências bibliográficas

- Al Baghdadi. (2007). *O deleite do estrangeiro em tudo o que é espantoso e maravilhoso* (P. Farah, Trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- Costa e Silva, A. (2003). *Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Costa e Silva, A. (2013). José Bonifácio e o curso do Níger. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 174(460), 253–280.
- Dobronravin, N. (2004). Escritos multilíngues em caracteres árabes: Novas fontes de Trinidad e Brasil no século XIX. *Afro-Ásia*, 31, 297–316. <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21078>.
- Dobronravin, N. (2016). Não só mandingas: *Qaṣīdat al-Burda*, poesia ascética (zuhdiyyāt) e as *Maqāmāt* de al-Ḥarīrī nos escritos dos negros muçulmanos no Brasil oitocentista. *Afro-Ásia*, 53, 185–226. <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/22476>.
- Mendes, F. (2021). *Livro da escada de Maomé*. São Paulo: EDUC.
- Mendes, F. (2023). *Do Al Andalus a Dante Alighieri: A receção do Livro da Escada de Maomé, de Afonso X, na Europa* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/153355>.
- Monteil, V. (1967). Analyse de 25 documents arabes des Malés de Bahia (1835). *Bulletin de l'Institut Fondamental d'Afrique Noire*, série B, 29, 88–98.
- Muller, J. (2020). Manuscritos afro-islâmicos do Brasil oitocentista: Os amuletos árabes da coleção Nina Rodrigues. *Afro-Ásia*, 61, 78–117. <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/36595>.
- Reichert, R. (1970). *Os documentos árabes do Arquivo Público da Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais.
- Reis, J. (2003). *Rebelião escrava no Brasil: A história do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis, J. (2021). *Rebelião escrava no Brasil: A história do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis, J. (2023). Os malês segundo 'Abd Al-Rahmān Al-Baghdādī, um imã otomano no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*, 43(93). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-17>.
- Reis, J., Gomes, F., & Carvalho, M. (2017). *O alufá Rufino: Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822–c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, R. (1900, 1º de novembro). Os negros mahometanos no Brazil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, R. (1932). *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Soares, C., & Gomes, F. (2001). Com o pé sobre um vulcão: Africanos Minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830–1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, 23(2), 1–44. <https://www.scielo.br/j/eaa/a/XK7DhKTTMhDMz3VVv6LRKsq/abstract/?lang=pt>.

Fontes primárias:

Ms. 1223. *Catalogo da Biblioteca Publica Municipal do Porto: Indice preparatorio do catalogo dos manuscriptos com repertorio alphabetico dos auctores, assumptos e principaes topicos n'elles contidos*, entrada 139 (1879). <https://bibliotecas.cm-porto.pt>.

Ms. 556. *Livre trouvé dans la poche d'un noir Africain mort lors de l'insurrection qui éclata dans la nuit du 25 Janvier 1835 à Bahia*. Bibliothèque Municipale Armand Salacrou, Le Havre. <https://nutrisco-patrimoine.lehavre.fr/ark:/12148/btv1b10480458d.image>.

Ms. Rio de Janeiro, IHGB, lata 987, pasta 5. *Livrinho malê*.

Ms. Rio de Janeiro, IHGB, 1855.002. *Livro manuscrito com caracteres arábicos*.

DOI desta publicação: <https://doi.org/10.34024/fhr70m81>.